

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
PAULA CRISTIANY DE MELOS

COHOUSING – COMUNIDADE INTENCIONAL PARA A CIDADE DE
CASCADEL - PR

CASCADEL
2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
PAULA CRISTIANY DE MELOS

COHOUSING – COMUNIDADE INTENCIONAL PARA A CIDADE DE
CASCADEL - PR

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual
como requisito parcial para a aprovação
na disciplina: Trabalho de Curso:
Qualificação.

Professor Orientador: Moacir José
Dalmina Júnior.

CASCADEL

2018

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar uma proposta projetual arquitetônica de uma cohousing para idosos no município de Cascavel – PR. A principal razão deste projeto é atender a nova demanda de moradores que irá surgir nos próximos anos, ou seja, o aumento populacional dos idosos devido à queda da taxa de fecundidade e mortalidade. Essa faixa etária está envelhecendo com mais qualidade de vida, e querem viver de forma que possam estar independentes em relação aos seus familiares ao mesmo tempo que querem pessoas por perto para compartilhar seu dia a dia, prezando pela amizade e solidariedade.

A proposta arquitetônica prevê uma comunidade intencional em que os idosos têm a sua privacidade ao mesmo tempo em que podem desfrutar de ambientes em comum, onde possam compartilhar atividades com os demais moradores, contará com a observação das questões relativas a acessibilidade, com também propiciar conforto, bem-estar, lazer aos idosos. Uma estética que proporcione a integração entre forma e natureza.

Palavras chave: idoso, cohousing, acessibilidade, sustentabilidade, qualidade de vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Vila Hoeweyk	24
Figura 02 - Planta do local	25
Figura 03 - Vila do Idosos – 2007.....	27
Figura 04 - Implantação Vila dos Idosos – 2007.....	28
Figura 05 - Plantas – quitinete e apartamento – 2007.....	29
Figura 06 - Quayside Village.....	30
Figura 07 - Quayside Village.....	31
Figura 08 - Quayside Village.....	31
Figura 09 - Quayside Village.....	31
Figura 10 – Quayside Village.....	31
Figura 11 – Cidade de Cascavel.....	33
Figura 12 – Localização.....	34
Figura 13 – Centro Esportivo Ciro Nardi.....	35
Figura 14 – UBS.....	35
Figura 15 – Hospital Policlínica.....	35
Figura 16 – Teatro Municipal e Centro Cultural Gilberto Maya.....	35
Figura 17 – Creas I e II e Restaurante popular.....	35
Figura 18 – Insolação.....	36
Figura 19 – Fluxograma.....	38
Figura 20 – Setorização.....	39
Figura 21 – Volumetria.....	40
Figura 22 – Espaço adequados por projeto.....	42
Figura 23 – Módulo de referência.....	42
Figura 24 – Perspectiva: Sistema integrado de reciclagem de água.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Programa de necessidades	37
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PR: Paraná.

OMS: Organização Mundial da Saúde.

ONU: Organização das Nações Unidas.

NBR: Norma Brasileira.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	11
2.1 POPULAÇÃO IDOSA.....	11
2.1.1 Aspectos demográficos do idoso.....	12
2.1.2 Preconceito aos idosos.....	14
2.1.3 Lazer aos idosos.....	15
2.1.4 Acessibilidade com foco no envelhecimento digno	17
2.2 POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.....	18
2.3 ESTATUTO DO IDOSO.....	19
2.4 PAPEL DA ARQUITETURA: ENVELHECIMENTO.....	20
2.5 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO.....	21
2.6 COHOUSING.....	22
3. CORRELATOS.....	24
3.1 VILA HOGWEYK - WEESP, AMSTERDÃ, HOLANDA.....	24
3.1.1 Contextualização.....	24
3.1.2 Aspectos funcionais e construtivos.....	25
3.1.3 Análise do correlato.....	26
3.2 VILA DOS IDOSOS - SÃO PAULO/SP - BRASIL.....	26
3.2.1 Contextualização.....	26
3.2.2 Aspectos funcionais e construtivos.....	27
3.2.3 Análise do correlato.....	29
3.3 QUAYSIDE VILLAGE, VANCOUVER, CANADÁ.....	30
3.3.1 Contextualização.....	30
3.3.2 Aspectos funcionais e construtivos.....	30
3.3.3 Análise do correlato.....	31
4. DIRETRIZES PROJETUAIS.....	33
4.1 CIDADE DE CASCAVEL.....	33
4.2 PROPOSTA DO TELHADO	34
4.3 ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	35
4.4 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	36
4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	37

4.6 FLUXOGRAMA	38
4.7 SETORIZAÇÃO.....	38
4.8 VOLUMETRIA	39
4.9 SOLUÇÃO PROJETUAL ADOTADAS.....	40
4.9.1 SUSTENTABILIDADE.....	40
4.9.2 ILUMINAÇÃO.....	41
4.9.3 CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA.....	41
4.9.4 ACESSIBILIDADE - ABNT NBR 9050.....	41
5. SISTEMA CONSTRUTIVO.....	43
5.1 ALVENARIA ESTRUTURAL.....	43
5.2 VIDRO COM PELÍCULA.....	43
5.3 PISO DRENANTE.....	43
5.4 SISTEMA DE REÚSO DE ÁGUA URBANA.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXO.....	53

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como título Cohousing – Comunidade intencional para a cidade de Cascavel/Pr. Inclui-se na linha de pesquisa “Arquitetura e Urbanismo” do CAUFAG. Desenvolve-se no grupo de pesquisa designado como “Estudos e discussão de arquitetura e urbanismo”. O tema aborda uma proposta projetual de uma Cohousing para atender as necessidades de idosos, contextualizada no perímetro urbano da Cidade de Cascavel - PR.

A pesquisa pretende ampliar o conhecimento e contribuir em como se projetar para essa faixa etária, pois o crescimento dessa população é constante, e a Cohousing é uma proposta em que a comunidade é intencional, ou seja, um grupo de idosos se reúnem para definir como serão suas residências e quais ambientes serão compartilhados e também as atividades que cada membro vai contribuir dentro dessa comunidade.

A expectativa de vida aumentou nos últimos anos e essa população não quer mais a dependência de seus familiares querem estar ativos e ao lado de pessoas amigas, e o modelo de moradia originado na Dinamarca a Cohousing é muito difundida no hemisfério Norte e permite a interação social entre os moradores.

O problema estimulador da pesquisa é formulado pela seguinte pergunta: É concebível que a arquitetura e urbanismo crie um ambiente residencial como a Cohousing que atenda às necessidades dos idosos, tanto físicas quanto social? E partilha da hipótese de que devido ao questionamento proposto, uma Cohousing torna-se possível reconhecer a fase de envelhecimento, e com isso afastar o isolamento, a doença psíquica, e assegurar uma qualidade de vida através da interação social.

Tem-se como objetivo geral, desenvolver uma pesquisa teórica e projetual criando um espaço apropriado de residências que atendam às necessidades de uma comunidade de idosos, onde constam moradias individuais e ao mesmo tempo a socialização com os demais moradores através de alguns ambientes compartilhados.

Os objetivos específicos são:

- A) Efetuar pesquisa bibliográfica sobre idosos, leis, cohousing, correlatos;
- B) Apresentar a exequibilidade de uma Cohousing para idosos;
- C) Criar ambientes com funcionalidade e acessibilidade;
- C) Analisar conceito de sustentabilidade para a aplicação no projeto;

D) Fazer o estudo do projeto para idosos, conforme estatuto do idoso, política nacional do idoso e lei de acessibilidade.

A pesquisa se desenvolveu pelo seguinte marco teórico:

um arranjo espacial destinado também a moradia de pessoas que pertencem a mais outra etapa de fragilidade inerente ao ciclo de vida humana: o tempo da velhice. Independentemente de ser um cohousing intergeracional ou somente para pessoas mais velhas, os cuidados mútuos e compartilhados, no dia a dia, facilitados pelos vínculos relacionais somados à proximidade física, alcançam assim maior qualidade de vida. (LUBOCHINSKI, 2017, p. 102).

De acordo com Marconi e Lakatos:

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 183).

A pesquisa bibliográfica é o desenvolvimento de material, organizado principalmente através de livros e artigos científicos. O principal benefício da pesquisa bibliográfica encontra-se no fato de consentir ao investigador a cobertura de uma série de acontecimentos muito mais extensa do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2010).

O tema proposto será trabalhado com o método dedutivo, que:

[...] de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 27).

Por fim, o método dedutivo analisa informações que nos leva a uma conclusão, ou seja, refletindo as diretrizes projetuais, tal como dados urbanísticos e as limitações do terreno selecionado.

2. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, serão abordados assuntos que relacionados com o tema darão sustentação ao desenvolvimento da proposta projetual apropriada para atender a população idosa independente. Examinando a literatura para entender o que as bibliografias expõem sobre o assunto, e servindo de fundamento teórico na realização do projeto Cohousing- Comunidade intencional para a cidade de Cascavel/Pr.

2.1 POPULAÇÃO IDOSA

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial, e esse aumento é em consequência do prolongamento da vida que se apresenta como um fato inquestionável há mais de uma década, amparada por inúmeros motivos, característicos da atualidade. (SOUZA et al, 2016).

No Brasil, a pessoa é considerada idosa quando tem 60 anos ou mais de idade, conforme consta na Lei n. 8842, de 4 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso. (BRASIL, 1994). Com a mesma explicação tem-se a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. (BRASIL, 2003).

É imprescindível identificar que o envelhecimento não é igual para todos, e as discordâncias existentes se referem a elementos como condições de vida, acesso aos bens e serviços, cobertura da rede de proteção e as condições de atendimento social. (VERAS, 2003).

A velhice só começou a ganhar espaço nas indagações acadêmicas e nas pautas políticas, nas duas últimas décadas, por muitos anos, os idosos, apesar de existirem em grande número, foram sistematicamente ignorados como motivo de investigação e como assunto a ser contemplado por políticas públicas e sociais consistentes. (PRADO et al, 2010).

O envelhecimento populacional atribui-se as formas de legítima questão social, ou seja, de acordo com Castel:

uma aporia, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligada por relações interdependência. (CASTEL, 1997, p.164).

Reconhecer a diversidade como peculiaridade do processo de envelhecimento é acentuar o valor das diferentes formas de ser que indicam diversos momentos da trajetória de vida das pessoas, incluindo a fase da velhice. Ao investigar as experiências vividas nessa etapa, Golstein e Siqueira, afirmam que:

como a heterogeneidade diz respeito a experiências individuais que são únicas e construídas durante todo o ciclo de vida, é forçoso admitir que ela se acentue à medida que as pessoas envelhecem. Em outras palavras, ao contrário do que muitos pensam os velhos não só não são todos iguais, como também tendem a ser muito diferentes entre si. (GOLDSTEIN; SIQUEIRA, 2000, p. 113).

As sociedades modernas presenciaram a transformação das cidades em metrópoles, portanto, as grandes cidades, as metrópoles, são os espaços característicos da modernidade. A cidade apresenta caráter frio e desalmado, lugar de produção, circulação e consumo de mercadorias, homens e mulheres se movimentam, personagens de um “espetáculo” que não dominam completamente as regras. Carros, ônibus e caminhões têm preferência em relação as pessoas; as ruas, com asfaltamento e calçadas muitas vezes deixam a desejar, tornam-se ciladas; as praças que são espaços de socialização desaparecem dando lugar a novas interferências arquitetônicas e urbanísticas, desse modo reafirmam-se os traços da indiferença e da impessoalidade. (PRADO et al, 2010).

2.1.1 Aspectos demográficos do idoso

O envelhecimento da população brasileira está ligado a um fenômeno mundial, e, no Brasil, a população idosa é o grupo que apresenta os índices mais elevados de crescimento. (CAMARANO, 2005; 2010), e no último relatório técnico “Previsões sobre a população mundial” da Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, a população com mais de 60 anos de idade será três vezes maior do que atualmente nos próximos 43 anos. A população idosa representará um quarto da população mundial, ou seja, de cerca de 9,2 bilhões, 2 bilhões serão de pessoas idosas. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), declara que é idosa a pessoa com 60 anos ou mais de idade em países que estão em desenvolvimento, enquanto acima de 65 anos de idade aos países desenvolvidos. Em 2050, a expectativa de vida nos países em desenvolvimento, será de 86 anos de idade para mulheres e de 82 anos para homens, isto é, 21 anos a mais do que os 65,2 e 62,1 atuais. (FELIX, 2009).

Este acontecimento corresponde a diminuição nas taxas de fecundidade e mortalidade, declara Berquó:

(...) a transição da fecundidade no Brasil teve início em meados da década de 1960. As taxas sofreram redução de 24,1% entre 1970 e 1980, de 38,6% na década seguinte e a partir daí, 11,1% entre 1991 e 2000. (BERQUÓ et al, 2006).

Devido a influência das mudanças sociais que aconteceram a partir da década de 1960, alterou-se o comportamento da mulher, com consequências no mercado de trabalho, escolaridade e no casamento. No início dos anos de 1980, a faixa etária brasileira, prevalecia de uma população jovem, segundo Censos demográficos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este cenário vem sendo modificado. Em 1996, eram 16 idosos para cada 100 crianças e, em 2000, há 30 idosos para cada 100 crianças. (FELIX, 2009).

A tendência ao envelhecimento da população brasileira se manteve nos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, e atingiu 30,2 milhões em 2017. O crescimento de 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos representa 18% desse grupo etário, e tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil, as mulheres são em maior número com 16,9 milhões (56% dos idosos), no entanto os homens idosos são 13,3 milhões, representando 44% do grupo. (IBGE, 2018).

No mundo todo e não apenas no Brasil vem se observando essa tendência do envelhecimento da população, e é decorrente do aumento da expectativa de vida devido ao avanço nas condições de saúde e também diminuição da taxa de fecundidade, pois o número de filhos por mulher foi caindo. (VIEIRA, 2018 *apud* IBGE, 2018).

Entre os anos 2012 e 2017, uma grande parte dos idosos cresceu em todas as unidades da federação, a maior proporção de idosos se encontram no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, conjuntamente com 18,6% de suas populações com grupo de 60 anos ou mais de idade, por sua vez, o Amapá é o estado com menor percentual de idosos, com somente 7,2% da população. (IBGE, 2018).

No Estado do Paraná, a tendência de que a população idosa represente 20,91% da população em 2030. (OPARANÁ, 2015). E no ano de 2010, a estatística de idosos na cidade de Cascavel – Pr, é 25,66% do total da população. (IBGE/IPARDES, 2010 *apud* PORTALDOMUNICIPIODECASCVEL, 2014).

2.1.2 Preconceito aos idosos

A realidade da velhice apresenta-se como uma fase de decadência, inutilidade, isolamento e de incompetência para a aprendizagem. Trata-se de preconceitos que dificultam o investimento em ações que podem amparar os idosos e sua integração na atual sociedade. (SOUZA et al, 2016).

Sobre essa questão, Brandão e Mercadante, diz que:

[...] à velhice vista como doença, perda, exclusão, morte contrapõe-se o modelo saúde-beleza, força física e mental, vigor sexual, capacidade de produzir. O idoso que não se encaixa neste modelo é visto como “culpado”, como se apenas por sua vontade pudesse corresponder ao modelo proposto. Assim, o lugar do velho “normal” é o não lugar, tanto no aspecto econômico como na perspectiva social. (BRANDÃO; MERCADANTE, 2009, p. 46).

A compreensão de um envelhecimento digno é reduzida diante da concepção de infantilização no tratamento do idoso como carente e frágil. Esse julgamento o enfraquece em sua autonomia diminuindo a sua oportunidade em se assumir como sujeito de seus atos. A longevidade, com qualidade de vida, é um fato desafiador nos dias de hoje, exigindo compreender o processo de envelhecer, pois tem características diversificadas, considerando a situação sociocultural atual. (SOUZA et al, 2016).

Para Oliveira (2006), há algumas décadas os temas sobre envelhecimento não eram inseridos na pauta de prioridades para pesquisa e encontravam-se poucas atitudes práticas para o atendimento aos idosos. O aumento da população idosa e a resultante longevidade, fez com que essa realidade exigisse maior visibilidade e estudo teórico metodológico diante da nova realidade social. Portanto, a questão do envelhecimento e da velhice abrange vários fatores complexos incluindo diferentes dimensões e abordagens que atentam aos aspectos biológico, cronológicos, psicológico e sociocultural, pois o ser humano é complexo e envelhece de maneira que contempla características biopsicossociais.

As questões relativas à população idosa o mais comum, é tratar esse segmento de maneira depreciativa, mas deve-se entender como uma fase de possibilidades, pois encontramos idosos de todas as idades que trabalham, estudam, são ativos na busca de qualidade e prazer de viver. (SOUZA et al, 2016).

Conforme Costa Rosa e Costa Rosa, os possíveis modos de ser velho, são:

a posição desejante coloca em questão, para o sujeito, outra forma de responsabilidade que não é a jurídica. Trata-se da responsabilidade de incluir na “qualidade de vida” mais do que o pleno suprimento das necessidades, até mais do que a alegria de viver, a responsabilidade de não ceder ao seu desejo. (COSTA ROSA et al, 2017, p. 333).

O envelhecimento vem inserindo importantes e novos desafios sociais, culturais e econômicos, sem desconsiderar o fato de que os idosos são vistos pelas autoridades do país, tão somente em termos econômicos, como principais responsáveis pelo déficit da Previdência, e, portanto, onerosos aos cofres públicos. Vivemos sob uma contradição: se a longevidade é uma conquista social, é também causa de preocupação, pois exige investimentos nas mais diversas áreas e da competência de recursos humanos. (PRADO et al, 2010).

O preconceito aos idosos deve ter fim, e para que isso ocorra além da implantação de uma nova cultura da velhice para a sociedade atual, é importante que esse indivíduo aceite sua condição como indivíduo que envelheceu, pois há preconceito do idoso para com outros idosos, e talvez seja mais grave do que o preconceito sofrido pelas atitudes dos jovens. Encarar a velhice é um obstáculo da sociedade, é uma falha cultural. A sociedade brasileira por muitos anos cultivou a rejeição como forma de preconceito em relação ao envelhecimento, questão que só será superada através do processo educacional. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012).

2.1.3 Lazer aos idosos

A preocupação incessante do ser humano tem sido a qualidade de vida e, hoje em dia, é um compromisso pessoal na busca constante de uma vida saudável, desenvolvida com base no bem-estar inseparável das condições do modo de viver, que envolve: saúde, moradia, transporte, educação, trabalho, lazer, liberdade, autoestima, entre outras. (SOUZA et al, 2016).

De acordo com Santos, aponta que:

o termo qualidade de vida tem recebido uma variedade de definições ao longo dos anos e pode se basear em três princípios fundamentais: capacidade funcional, nível socioeconômico e satisfação, também podem estar relacionados com os seguintes componentes: capacidade física, estado emocional, interação social, atividade intelectual, situação econômica e autoproteção de saúde. Na realidade, este conceito varia de acordo com a visão de cada indivíduo. Para alguns, ela é considerada como unidimensional, enquanto, para outros, é conceituada como multidimensional. (SANTOS et al, 2002, p. 757 - 764).

A busca pela qualidade de vida tem o lazer como característica fundamental. Gutierrez (2001) defende que o lazer será considerado uma atividade não imposta de procura pessoal do prazer no tempo livre.

E ainda, é possível entender lazer como atividade que assimila as:

funções de recuperação que liberam da fadiga, de divertimento que liberam o tédio, e de desenvolvimento que podem resgatar as forças criativas dos estereótipos e rotinas impostos pelo cotidiano. (DUMAZEDIER, 1974).

Variados são os objetivos do lazer, dos quais salienta-se, distração, recreação, descanso, reflexão sobre a realidade, imaginação, criatividade, atenuação do estresse e renovação de energia. (BURGOS et al, 2002).

As pessoas sadias, auto realizadas que alcançam um nível elevado de bem-estar apresentam um estilo de vida de caráter transpessoal, ou seja, são pessoas que, no seu desenvolvimento ultrapassam o seu próprio processo de individualização, pois buscam adequar-se com a natureza, com os outros, enfim com a sociedade. Como estabelecer o lazer nessa simetria do estilo de vida transpessoal? O tempo livre é a base no qual o indivíduo é dispensado de todas as suas obrigações institucionais e pessoais. O lazer constitui parte do equilíbrio dos estilos de vida direcionados para o crescimento, nos quais as dimensões profissionais, familiares, religiosas, políticas, institucionais do sujeito deverão estar auto realizadas de maneira suficiente que permita o desenvolvimento das metas transpessoais. Portanto, o lazer é auto realização através da auto transcendência do tempo livre, ou seja, todas as dimensões de vida das pessoas estão interligadas numa simetria. (CAVALCANTI, 1996).

O envelhecimento nem sempre está ligado com qualidade de vida, consequentemente, atividades realizadas em grupo determina um diferencial a ser adotado para preservar as funções cognitivas e de memória do idoso, a falta de atividades que promovam um envelhecimento saudável é o início do abandono desses indivíduos em sua própria casa. (ALBUQUERQUE, 2003).

Assim sendo, devemos observar e diferenciar de que forma o lazer pode ser significativo ao trabalho sócio funcional, e não apenas uma forma de preencher o vazio existencial, é importante, recuperá-los para uma atuação útil e digna. (MAGALHÃES, 1996).

Desta forma, são as boas relações de vizinhança, e prazer de dividir tarefas, como por exemplo cuidar da horta, que em suma seria um peso, mas que cooperativamente, se torna mais fácil. Assim expõe, Durret (2009 *apud* Lubochinski, 2017), quando a aproximação das pessoas é na intenção de serem excelentes vizinhos, e de ter excelentes vizinhos, suas vidas alcançam qualidade em muitas dimensões, onde o capital financeiro tem enorme dificuldade em adquirir.

2.1.4 Acessibilidade com foco no envelhecimento digno

A cultura ocidental foi transformando-se ao longo dos anos e países em desenvolvimento como o Brasil, manifesta por meio de sua cidade, meio ambiente e perfil socioeconômico, que rejeitam e renegam aos idosos o bem-estar da idade, já que equipamentos urbanos, as políticas públicas e a convivência societária estão fora das ações e planos para essa faixa etária. Atualmente vemos projetos e políticas públicas onde o idoso é deixado para segundo plano como a inviabilidade de se usar calçadas e transporte públicos com autonomia e segurança. Inúmeras vezes sua própria casa é inacessível foi projetada por profissionais que não se atentam a todo o processo de vida de um indivíduo. E para assegurar direitos e reduzir os abusos aos idosos, verificou-se a necessidade de legislar para essa demanda da população, desta forma a legislação teve que ir se adaptando. (CAMBIAGHI, 2017).

Conforme a NBR 9050, a acessibilidade é:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT NBR 9050:2015, p. 01).

Esta norma estabelece regras e padrões técnicos a serem analisados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações com as condições de acessibilidade. Visa proporcionar a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, mobiliário, edificações, equipamentos urbanos para uma maior quantidade possível de pessoas, além da idade, estatura ou restrição de mobilidade ou percepção. (ABNT NBR 9050:2015).

Conforme Prado (2010), a palavra acessibilidade:

ao espaço e seus elementos começou a ser usada no mesmo contexto da remoção e ausência de barreiras: as pessoas com deficiências demandavam que os ambientes em que exerciam suas atividades fossem acessíveis e, por conseguinte, livres de barreiras. A acessibilidade (que também foi chamada de acesso fácil) denota portanto a possibilidade de usar algum elemento do espaço por pessoas em geral, inclusive aquelas com dificuldades sensoriais ou mentais. (PRADO, 2010, p. 37).

De acordo com Rojas (2005) afirma que o planejamento de ambientes favoráveis e transitáveis diante das necessidades dos usuários vem ganhando interesse e importância. Ao abrir o entendimento com relação as necessidades pessoais e coletivas, entende-se a necessidade se levar em consideração nas construções o cunho psicológico relacionados a esses ambientes, que geralmente não são analisados no processo de planejamento.

Dessa forma, a única solução para que todas as pessoas sejam favorecidas na urbe, com direito à moradia acessível, é utilizar da concepção que atualmente no Brasil já é previsto no Decreto Federal 5.296/04, o Desenho Universal. (CAMBIAGHI, 2017).

2.2 POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO

Apesar das iniciativas do Governo Federal nos anos 70 a favor das pessoas idosas, foi no ano de 1994 que se instituiu a política nacional direcionada para esse grupo, pois anteriormente, as ações governamentais tinham uma tendência a caridade e de proteção, nos anos 70 teve evidência, a criação de benefícios não contributivos como as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia para os carentes urbanos e rurais com mais de 70 anos que não recebiam o auxílio da previdência social. (TEIXEIRA, 2002).

Devido ao crescimento da população idosa e em acordo com os direitos instituídos pela Constituição Federal de 1988, em 1994 foi promulgada através da Lei n. 8.842/94 a Política Nacional dos Idosos e regulamentada pelo Decreto n. 1.948/96. Esta política garantiu direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para estimular sua autonomia, integração e sua atuação adequada na sociedade. (BRASIL, 2010).

Esta lei orienta-se por determinados princípios, tais como: assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, e a família, a sociedade e o Estado como responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida. Entretanto, em relação as políticas públicas com foco na saúde, destacam-se os impactos causados por pressões sociais como: a urbanização acelerada, retorno de doenças típicas consideradas extintas e, especialmente as pessoas idosas, que necessitam

de programas específicos de políticas de saúde para enfrentar os problemas sociais existentes nas diferentes regiões do Brasil. Nosso país tem se organizado na tentativa de se responsabilizar diante da crescente necessidade da população idosa, preparando-se para encarar as questões da saúde e do bem-estar da população idosa. (FERNANDES; SOARES, 2012).

2.3 ESTATUTO DO IDOSO

A Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, denominada de Estatuto do Idoso entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2004 e dispõe de direitos para as pessoas de 60 anos ou mais de idade e fixa penas rigorosas para quem descumpri-las. O estatuto determina direitos importantes para os idosos, mas a realidade é que estes direitos muitas vezes são desrespeitados. (CAMBIAGHI, 2017).

Ao focar em ferramentas concretas em favor da defesa dos direitos humanos, é preciso também que o idoso se aproprie da proteção dos seus direitos os quais estão abordados em especial na Lei 10.741/2003, que contém artigos que dispõe sobre os direitos dos idosos brasileiros, pautado em princípios éticos ao privilegiar a assistência as necessidades básicas e a manutenção da autonomia como conquista de direitos sociais. (SOUZA, 2016).

O Estatuto do Idoso (Lei n.10.741/03), no seu art. 2º, destina-se a regular os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana assegurando todas as oportunidades, e proteção da saúde física e mental e seu aprimoramento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003).

A lei n. 10.741/03, não se trata de uma lei qualquer de iniciativa de algum parlamentar, mas decorrente de um enorme movimento social em torno da recuperação do estado de direito e do exercício da cidadania, reflete e produz um sentimento nacional em relação a velhice, possui natureza de universalizar e disciplinar as questões relativas aos idosos. Foi a produção de um consenso entre setores dos idosos, entidades prestadoras de serviços especializados, políticos que tem interesse nesse segmento, pesquisadores e acadêmicos que tem esse campo como estudo, profissionais que trabalham com idosos, enfim, outros segmentos da sociedade que elegem, com maior ou menor grau, o envelhecimento como base de seus interesses e ações, que indiretamente eleva a população idosa a uma categoria que merece atenção. (JUSTO; ROSENDO, 2010).

Portanto, o Estatuto do Idoso visa dar tratamento integral ao determinar medidas que visam proporcionar o bem-estar dos idosos, e com uma visão a longo prazo, esse instrumento consta de 118 artigos que aborda diversas áreas dos direitos fundamentais e das necessidades de proteção aos idosos, com a finalidade de reforçar as diretrizes incluídas na Política Nacional do Idoso, e muitas já garantidas na Constituição Federal de 1988. (CAMARANO; PASINATO, 2004).

2.4 PAPEL DA ARQUITETURA: ENVELHECIMENTO

Com o aumento da população idosa e crescente urbanização, e ainda que o processo da dimensão global é diferente nas diversas regiões do planeta, levaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a indicar a estratégia do Guia Global da Cidade Amiga do Idoso (GGCAI), sustentada no conceito de envelhecimento ativo. Empregada, inicialmente em 33 cidades ao redor do mundo, a estratégia teve seu procedimento estruturado e divulgado, a fim de que pudesse ser usada em outros lugares. (WHO, 2007 *apud* BESTETT et al, 2017). Deste modo, no *Vancouver Protocol*, este método foi pormenorizado para que cidades sejam classificadas como amigas do idoso ou não, a partir da avaliação dos próprios idosos e de profissionais que trabalhem com essa faixa etária. (PORTO et al, 2017).

A cidade amiga do idoso seria aquela que possibilita um envelhecimento ativo para o idoso e que avalia os espaços nessa concepção, a OMS propõe uma metodologia que se constitui em oito eixos que devem ser levados em debate aos participantes da pesquisa, residentes idosos e profissionais de qualquer idade operante na localidade investigada, que são: 1) espaços abertos e prédios, 2) transporte, 3) moradia, 4) respeito e inclusão social, 5) participação social, 6) participação cívica e emprego, 7) comunicação e informação, 8) apoio comunitário e serviços de saúde. (OMS, 2008).

A moradia é fundamental para a segurança e o bem-estar, aponta a OMS que há uma relação direta entre uma moradia adequada e acesso a serviços comunitários e sociais que induzem a independência e a qualidade de vida dos idosos. Está evidente que a moradia e os serviços de suporte que permitem aos idosos envelhecer com conforto e segurança na comunidade a que pertencem são plenamente valorizados. (OMS, 2008).

Devido ao envelhecimento ocorrem numerosas modificações estruturais e funcionais, responsáveis pelas transformações psicomotoras do equilíbrio. O evento queda é o tema mais importante nas discussões em torno da moradia para a população

idosa. As quedas podem ocorrer por vários motivos, tanto intrínsecos (relacionados ao sujeito), quanto extrínsecos (relacionados a ambiência). (ALMEIDA et al, 2012).

Esses acontecimentos poderiam ser evitados com planejamento, adotando medidas que por vezes não são tão trabalhosas, assim sendo, muitos aspectos do planejamento da moradia podem afetar a capacidade dos idosos morarem, satisfatoriamente, em suas casas. (OMS, 2008).

Segundo o Guia Global da Cidade Amiga do Idoso (GGCAI) considera-se fundamental que os idosos vivam em moradias construídas com material adequado e estruturalmente seguras; que tenham os espaços nivelados; que disponham de elevador, se houver andares para subir; que o banheiro e a cozinha sejam ajustados, que sejam grandes o suficiente para se locomover dentro delas; que tenham espaço de armazenamento apropriado; corredores com portas consideravelmente largas para permitir a passagem de cadeira de rodas; e que sejam convenientemente equipadas para atender as condições ambientais. (OMS, 2008).

Deste modo, o projeto arquitetônico deve ser planejado adequando-se todos os componentes como um sistema complexo e inter-relacionado, além dos aspectos programáticos é preciso associar as condições ambientais, verificando-se peculiaridades tais como percepção espacial e orientação, conforto e qualidade ambiental, segurança e acessibilidade, ergonomia e desenho universal. (BESTETTI, 2010).

2.5 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

Para compreendermos como os estímulos interferem no bem-estar das pessoas e quais as características que os tornam importantes, é necessário definir corretamente um aspecto característico ao homem e que subsiste de acordo com os sentidos ativos: a percepção. O que é percepção? É a tradução dos estímulos ambientais refletida em padrões de comportamento e com fatores escolhidos através dos sentidos ativos de cada pessoa. A percepção do ser humano depende de fatores individuais, tais como as experiências vividas, os valores culturais do social do qual o sujeito faz parte e da reunião significativa para a análise da realidade. Portanto, a realidade de cada um é construída a partir desses filtros mentais e, logo, é individual e única, podendo igualar-se conforme haja características semelhantes entre as pessoas. (BESTETTI, 2010).

Assim sendo, ambientes bem planejados e com características apropriadas, agem de maneira favorável no cotidiano das pessoas incentivando uma relação saudável entre elas. A escolha das cores, dos móveis, das texturas, a arranjo dos elementos no ambiente,

a atuação do conforto ambiental, como uma iluminação e ventilação adequada, a insolação, entre outros elementos influenciam e criam uma atmosfera prazerosa, tornando o local mais leve ou pesado, introspectivo ou expansivo, produz alegria ou tristeza, tranquilidade ou euforia. (LUKIANCHUKI; CARAM, s. d.).

E conforme Vilela (et al, 2017) a sua pesquisa realizada identificou os elementos arquitetônicos prioritários na percepção dos idosos independente, o que possibilitou reconhecer os elementos individuais de cada idoso, desta forma, favorece pensar em perspectivas inovadoras para moradias assistidas. Foi possível averiguar, a existência de duas alternativas de possibilidade para uma casa na velhice: a primeira é espelhada na casa que eles possuem hoje e a outra é a casa desejada, que não construíram mais gostaria de tê-la. Outro ponto importante para os idosos independentes, seria priorizar o conforto nos quartos, garantindo maior autonomia e liberdade no espaço íntimo.

2.6 COHOUSING

A estrutura familiar mudou drasticamente, numerosos divórcios, famílias monoparentais, filhas e filhos livres, independentes, envolvidos no cuidado de suas próprias vidas, e na maioria das vezes afastados em outra cidade ou até mesmo em outro país. Mas a antiga frase que diz “não quero ser um peso na vida dos meus entes queridos” é constantemente aceita e seguida pelos “envelhecetes”, filhos e familiares. Fez parte da contracultura o desejo por comunidades, numerosas se formaram, mas poucas sobreviveram, os motivos devem-se ao autoritarismo existente no padrão de coletivo e um tanto de machismo enquanto a consciência feminina vinha à tona. E em conjunto a tudo isso o que era chamado de individualismo se fortalecia no padrão sonhado naquela época. Mas mesmo assim, o desejo por comunidade continua existente, especialmente entre as mulheres, confessando constantemente que este é seu projeto de vida, permanecer entre amigos, com independência em relação aos filhos, dividindo espaços. O primeiro Cohousing, integrando 27 famílias, foi criado em Copenhague, na Dinamarca, no ano de 1972. O arquiteto Jan Gudmand-Hoyer é reconhecido como realizador desse movimento que inicialmente foi discutido no ano de 1968. Mas o esforço inicial se deve ao debate levantado pela psicóloga Bodil Graee. Recentemente, aproximadamente 1% da população vive em Cohousing (cerca de 50 mil pessoas). (LUBOCHINSKI, 2017).

Segundo, os principais teóricos sobre o tema, Kathryn McCamant & Charles Durrett (2011) e Scotthanson e Scotthanson (2005), cohousing é um tipo de comunidade

intencional para pessoas que buscam um estilo de vida alternativo, que tem como objetivo resgatar o verdadeiro sentido de bairro e viver em comunidade. Christian (2003 *apud* BEZERRA, 2015), define como comunidade intencional um habitat de um grupo de pessoas que decide por viver juntas ou razoavelmente próximas uns dos outros com a intenção de dividir um estilo de vida ou propósito que reflitam seus valores essenciais. (MCCAMANT et al, 2011; SCOTTHANSON et al, 2005 *apud* BEZERRA, 2015). *Bofaelleesskabe*, nome dinamarquês significa “vida em comunidade”, que para o inglês foi traduzido como “*cohousing*”, nome que se espalhou pelo o mundo. Essa tendência habitacional se popularizou em vários países como, Estados Unidos, Austrália, Canadá, e em várias regiões da Europa, como Dinamarca, França e Inglaterra. Existem diferentes cohousing pelo mundo, todas elas compartilham de alguns elementos arquitetônicos e sociais em comum, todos os futuros moradores devem participar de seu planejamento, e depois também são responsáveis pela sua manutenção, sem hierarquia, todos têm direitos e deveres iguais. (MCCAMANT et al, 2011 *apud* BEZERRA, 2015).

As decisões de interesse da comunidade, são tomadas em reuniões entre os moradores firmado no consentimento e acordo entre eles. (CHRISTIAN, 2011 *apud* BEZERRA, 2015).

A Cohousing é uma comunidade intencional de casas particulares agrupadas em torno de um espaço compartilhado. Cada casa da família anexa ou única tem comodidades tradicionais, incluindo uma cozinha privativa. Espaços compartilhados geralmente apresentam uma grande cozinha e sala de jantar, lavanderia e espaços de lazer. Espaço ao ar livre compartilhado pode conter estacionamento, passarelas, espaço aberto e jardins. As famílias possuem renda independente e vida privada, mas os vizinhos idealizam e administram atividades comunitárias e espaços compartilhados, a tomada de decisões é participativa e firmada no consenso. As atividades da comunidade incluem refeições, reuniões e dias úteis regularmente estabelecidos, se reúnem para festas, jogos, filmes ou outros eventos. (COHOUSING.ORG, 2017).

A Cohousing é um design que encoraja o sentido de comunidade, gerando oportunidades de encontros espontâneos, bem como assegurando a opção de privacidade, é uma visão diferenciada em relação aos condomínios convencionais edificadas para os idosos. (LUBOCHINSKI, 2017).

3. CORRELATOS

Neste capítulo será apresentado obras que tenha relação com o tema para que possam atribuir valores, conhecimento e servir de base para o desenvolvimento do projeto arquitetônico Cohousing – Comunidade intencional para a Cidade de Cascavel – Pr.

A pesquisa tem como referência três estudos, onde o contato se deu por informações de sites, revista, dissertação, os estudos foram da Vila Hogeweyk, na Holanda onde o objetivo é a residência para idosos com demência, a Vila dos Idosos, em São Paulo, modelo de moradia para idosos carentes, e a Quayside Village, residência para idosos independentes.

3.1 VILA HOGEWEYK – WEESP, AMSTERDÃ, HOLANDA

3.1.1 Contextualização

A vila Hogeweyk foi criada por Yvonne Van Amerogen, uma cuidadora de idosos que trabalhou por muitos anos com pacientes com perda de memória. As residências localizam-se no município de Weesp, em Amsterdã, capital da Holanda. Obra concebida pelo governo, mantida pelas doações de pessoas, entidades e das famílias dos moradores. As ideias iniciais apareceram no início da década de 1990, onde Yvonne começou suas pesquisas sobre moradia onde os residentes que possuem demência (mal de Parkinson, mal de Alzheimer) conseguissem participar do dia a dia da mesma maneira que antes da doença. A finalidade da comunidade é que os moradores tivessem privacidade e autonomia, e pudessem viver de maneira ao qual estavam acostumados e ainda terem o comando de suas vidas. (OLIVEIRA, 2017).

Figura 01: Vila Hogeweyk.

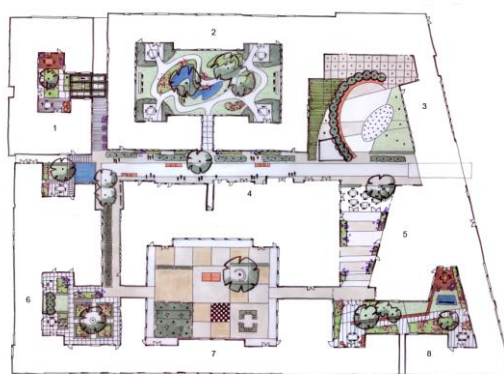


Fonte: Madeleinde Sars, Eindhoven.

3.1.2 Aspectos funcionais e construtivos

A Vila é considerada uma minicidade onde consta de 152 moradores, com no máximo 7 pessoas por casa, composta de quartos individuais e espaços comuns tais como mercado, salão de beleza, restaurante, café, barbearia etc. A proposta da Vila é ter funcionários residentes no local, equipe multiprofissional, como médicos, psicólogos, assistentes sociais etc. Os edifícios localiza-se em um bairro misto, ou seja, residencial, comercial e residencial, as edificações contém dois pavimentos, divididas em setores, de lazer, serviços, saúde e 23 residências. As unidades residenciais são variadas, de 2 a 7 quartos, colaborando na integração entre os moradores. A edificação separa os espaços privado e público, possibilitando o controle de acesso e incorporando pátios internos. O empreendimento foi instituído ao redor de pequenas praças, criando referenciais aos moradores, levando em conta suas limitações sensoriais. O projeto utilizou de alguns conceitos, como pátio, uso abundante de jardins e praças, com a finalidade de possibilitar a integração entre os moradores e o bem-estar físico e emocional, e também, o uso de passarelas que reforça a integração física entre os blocos, permitindo o convívio e aproximação entre os residentes, permitindo encontros e passeios casuais. (OLIVEIRA, 2017).

Figura 02: Planta do local



Fonte: Niek Roozen, Weesp.

A planta do local conforme figura acima mostra que o empreendimento consta de, (1) Avenida estendida, (2) Vijvepark (parque da lagoa), (3) Praça do Teatro, (4)

Boulevard, (5) Passagem, (6) Quadrado com área verde, (7) Het Grote Plein (quadrado grande), (8) Oostholek (canto oriental). (RUPPRECHT, 2012).

3.1.3 Análise do Correlato

O complexo possui espaço suficiente para permitir o impulso de se mover, e há muitas áreas para comunicação e troca social. Apesar das pessoas que sofrem do mal de Alzheimer estejam bem fisicamente, possuem problemas de memória e capacidade mental ficando desorientados precisando de ajuda, portanto, no complexo podem se movimentar livremente sem se preocupar em não encontrar o caminho de volta para a casa. Eles continuam vivendo como estão acostumados, tomando suas próprias decisões, mas com a necessária supervisão. (RUPPRECHT, 2012).

Verifica-se que esse empreendimento é uma típica Cohousing onde há espaços privados e também espaços públicos compartilhados favorecendo a interação entre os moradores, mas com um diferencial, para idosos com uma limitação de memória permitindo uma nova configuração de comunidade, que é a inclusão de pessoas cuidadoras. Portanto, é um tipo de moradia que se adapta a cada necessidade e estilo de vida dos moradores que estão interessados em viver nesse tipo de configuração de residencial.

3.2 VILA DOS IDOSOS – SÃO PAULO/SP, BRASIL

3.2.1 Contextualização

A Vila dos Idosos constitui o “Programa morar no Centro”, projeto da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB, órgão responsável pelas necessidades habitacionais na cidade de São Paulo. No caso em questão, o empreendimento está direcionado para a população mais carente e esquecida pelas políticas públicas habitacionais, os idosos. (VIGLIECCA, 2007).

O Fundo Municipal de Habitação disponibilizou recursos para a produção das unidades, e o programa adotado é a Locação Social¹, onde favorecem idosos e as famílias

¹ O Programa de Locação Social é previsto na Lei Estadual nº. 10.365 de 2 de setembro de 1999, que define as condições necessárias para a aplicação do Programa. A finalidade do programa é suprir a

com renda que não ultrapasse três salários mínimos e que faça parte dos seguintes grupos: moradores em área de risco e de insalubridade, famílias com pessoas deficientes, pessoas ou núcleos familiares residentes próximos ao empreendimento. O empreendimento é direcionado para os idosos, e caso ocorra falecimento fica estabelecido algumas regras: se o idoso residir sozinho, a Prefeitura indica outro inquilino; se for dois idosos, é permitido um deles seguir residindo; no caso das unidades compartilhadas é autorizada a presença de uma pessoa entre 14 a 60 anos de idade. Em virtude de ser uma locação social, um valor mensal variando entre 10 a 15% da renda familiar de acordo com a situação social e econômica é pago pelos moradores. (DEUS, 2010).

As unidades foram projetadas para serem habitadas por uma pessoa ou por família composta de no máximo três moradores nos apartamentos e dois moradores nas quitinetes. (BEDOLINI, 2014 apud OLIVEIRA, 2017).

Figura 03: Vila dos Idosos.



Fonte: Vigliecca & Associados, 2007.

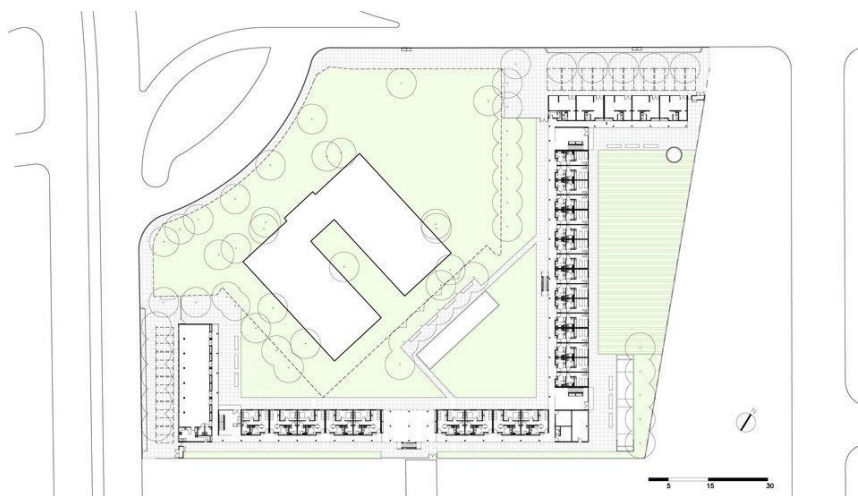
3.2.2 Aspectos funcionais e construtivos

As unidades foram construídas no bairro Pari, vizinho da Biblioteca Pública Adelpha Figueiredo, próximo ao centro da cidade. A obra tem um total de área construída de 8.290 m² possui 145 unidades habitacionais, sendo 57 apartamentos (1 quarto) com total de 42 m² e 88 quitinetes de 30 m², e também três salas para tv e jogos, quatro salas

demanda de moradia para setores da população que não possuem condições de participar de outros programas que envolvem a compra ou arrendamento.

múltiplo uso, salão comunitário com cozinha e sanitários, quadra de bocha, área verde, espelho d'água e horta comunitária. Ordenado em quatro pavimentos, com duas caixas de circulação vertical com escadas e elevadores, dispõem de 25% das unidades com acessibilidade, todas fixadas no térreo. Conforme os arquitetos, o projeto tem como finalidade proporcionar a maior quantidade e variedade de convivência de vizinhança dentro do conjunto. Os edifícios envolvem a biblioteca e a mesma se apresentava como um elemento estimulante para adentrar no conjunto habitacional. No entanto, hoje a biblioteca e as unidades estão muradas, assumindo o formato de um condomínio fechado, constando apenas um acesso para as unidades, este sendo onde se localiza o espelho d'água, que ocupa posição central na praça do conjunto. Com relação ao conforto ambiental, existiu o cuidado em fornecer ventilação cruzada nas unidades habitacionais, com implantação de janelas paralelas, direcionadas para a circulação comuns, como também o uso de marquises, cobogós e posicionamento de esquadrias. (OLIVEIRA, 2017).

Figura 04: Implantação Vila dos Idosos



Fonte: Fonte: Vigliecca & Associados, 2007.

Figura 05: Plantas – quitinete e apartamento



Fonte: Fonte: Vigliecca & Associados, 2007.

3.2.3 Análise do Correlato

As unidades abrangem apenas 9 apartamentos e 16 quitinetes com acessibilidade espacial localizadas no pavimento térreo. As demais unidades não levaram em conta que o processo de envelhecer pode trazer restrições de mobilidade temporária ou permanente, com isso, os banheiros nos pavimentos superiores, devem ser adaptados caso o morador possua mobilidade reduzida, dessa forma, observa-se que o projeto não atendeu os princípios do desenho universal, atendendo somente soluções parciais. Por fim, os arquitetos quiseram integrar a biblioteca, equipamento relevante do bairro, articulando os espaços e acessos, hoje as unidades tem acesso controlado, mas esse conceito reforçou a ideia de uso misto do lote, o empreendimento inclui área privada com a pública, e também a mescla de praça, equipamento de lazer e lojas de bairro. (OLIVEIRA, 2017).

Averigua-se que o empreendimento buscou os conceitos de moradia da Cohousing que é integração de áreas privadas com áreas comuns, e estar próximos dos equipamentos públicos, serviços e lazer, facilitando a locomoção e interação dos moradores.

3.3 QUAYSIDE VILLAGE, VANCOUVER, CANADÁ

3.3.1 Contextualização

As unidades da Quayside Village estão localizadas em Lower Lonsdale, uma área urbana no norte da Cidade de Vancouver – Canadá, onde acesso se dá a 15 minutos de ônibus aquático de Vancouver. Do edifício é possível ver as montanhas North Shore, Burrard Inlet no horizonte de Vancouver e além da ponte do Lion Gate para o estreito da Geórgia. O edifício foi ocupado desde o verão de 1998, já com a ideia de desenvolver uma comunidade, então criaram a Quayside Village que inclui pessoas de diferentes origens, ou seja, pessoas de várias etnias, culturas, caminhos espirituais e tipos de família. É uma comunidade multigeracional, formado por casais, solteiros e famílias formada com crianças até adultos jovens. (QUAYSIDE VILLAGE, s.d.).

Figura 06: Quayside Village.



Fonte: Cohousing Consulting.

3.3.2 Aspectos funcionais e construtivos

A comunidade é formada por 19 unidades residenciais, área de uso comum é de 233 m² e área comercial 60 m² onde acomoda uma pequena loja de conveniência no térreo. As unidades têm tipos e tamanhos mistos, com apartamento de solteiros de um e dois quartos, bem como duas e três unidades de moradia familiar. O edifício é todo acessível e dispõe de vários elementos ecologicamente sustentáveis, contendo materiais de construção recicláveis, sistema de água cinza. O pátio comum que liga as casas disponibiliza área de lazer. As casas nos andares superiores são em estilo de apartamentos. A área comum integra um deck na cobertura, e no terceiro andar encontra-se sala de meditação que permite o acesso as vistas inspiradoras. (COHOUSING CONSULTING, s.d.).

As casas têm decoração requintada incluindo fogão a gás, lareira a gás com eficiência energética, banheiras de imersão, piso de madeira reciclada, no terceiro pavimento encontra-se uma sala de leitura, sala de artesanato, grande cozinha, sala de jantar. O pátio é o lugar onde os vizinhos se encontram para bater um papo, o paisagismo

possui arbustos nativos, videiras, arbustos de frutas, árvores frutíferas e flores, uma pequena horta, área de compostagem e reciclagem. (QUAYSIDE VILLAGE, s.d.).

Figura 07: Quayside Village.



Fonte: Cohousing Consulting.

Figura 08: Quayside Village.



Fonte: Cohousing Consulting.

Figura 09: Quayside Village.



Fonte: Cohousing Consulting.

Figura 10: Quayside Village.



Fonte: Cohousing Consulting.

3.3.3 Análise do Correlato

O edifício tem muitas facilidades para seus moradores pois fica próximo de transportes públicos, lojas, serviços comunitários, restaurantes, parques, centro comunitário, hospital, biblioteca, cinema, escolas públicas e privadas, jardins

comunitários nas proximidades, e também a própria comunidade tem sua creche familiar licenciada e administrada por um dos seus residentes. (QUAYSIDE VILLAGE, s.d.).

Verifica-se, portanto, que para esse tipo de comunidade além do espaço privado é necessário a existência de áreas comuns para a interação de seus moradores sendo objetivo principal desse modelo de moradia além da escolha de um terreno onde as unidades ficam próximas dos equipamentos públicos para não dificultar o deslocamento e poder usufruir de serviços e lazer com mais comodidade. (QUAYSIDE VILLAGE, s.d.).

4 DIRETRIZES PROJETUAIS

Depois de finalizada a fundamentação teórica para a orientação projetual e realizado os estudos dos diferentes correlatos, entende-se que existem diferentes soluções projetuais para uma mesma finalidade.

Assim sendo, neste capítulo serão expostos aspectos para introduzir as diretrizes projetuais da cohousing para idosos com a finalidade de verificar as peculiaridades do terreno e do seu entorno, do mesmo modo, a conceituação e o partido que estabeleceram o programa de necessidades.

4.1 CIDADE DE CASCAVEL-PR

O projeto Cohousing – Comunidade intencional para idosos, será estabelecido na Cidade de Cascavel, onde consta de população estimada em 324. 476 mil habitantes com área territorial de 2.100, 831 km². (IBGE, 2018).

O povoamento se deu efetivamente no final da década de 1910, por colonos e cablocos e descendentes de imigrantes eslavos, no auge do ciclo da erva-mate. Na década de 1930, o ciclo da erva mate cessou, iniciando o ciclo da madeira que atraiu muitas famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, principalmente, colonos poloneses, italianos e alemães, que juntamente estabeleceram a base populacional do município. (IBGE, 2018).

Figura 11: Cidade de Cascavel.



Fonte: O Paraná.

A emancipação ocorreu em 14 de dezembro de 1952, na década de 1970 iniciou a fase de industrialização, simultaneamente com o aumento da atividade agropecuária, especificamente do milho e soja. A cidade possui uma topografia privilegiada, e com isso favoreceu o seu desenvolvimento e a construção de avenidas e ruas largas e bairros bem organizados. (PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 2018).

4.2 PROPOSTA DO TERRENO

A Cohousing para idosos, será projetada na Cidade de Cascavel – Pr, em um terreno localizada na Rua 25 de agosto, n. 839, lote 0001, quadra 0018, loteamento Curitiba, bairro Centro. (GEOPORTAL CASCAVEL, 2018).

Figura 12: Localização.



Fonte: Google Maps.

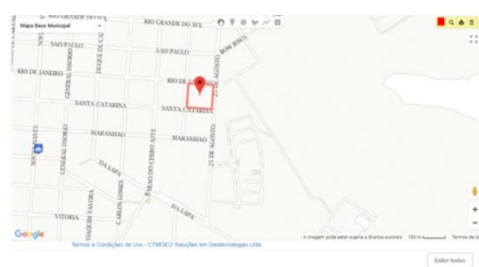
O terreno está localizado próximo ao centro da cidade, possibilitando a independência do idoso em sua locomoção, é uma área que permite a integração do idoso na sociedade, ou seja, seu convívio diário com os moradores. A região é abastecida de equipamentos públicos comunitários tais como, escola, hospitais, quadras esportivas, biblioteca municipal, centro cultural, salão comunitário, conselho tutelar, creas. E também equipamentos públicos urbanos, ou seja, iluminação pública, água e esgoto, coleta de lixo, pavimentação, transporte público. (GEOPORTAL CASCAVEL, 2018).

Figura 13: Centro esportivo Ciro Nardi.



Fonte: Geoportal Cascavel.

Figura 14: UBS.



Fonte: Geoportal Cascavel.

Figura 15: Hospital Policlínica



Fonte: Geoportal Cascavel.

Figura 16: Teatro Municipal e Centro Cultural Gilberto Maya.



Fonte: Geoportal Cascavel.

Fonte 17: Creas I e II e Restaurante popular.



Fonte: Geoportal Cascavel.

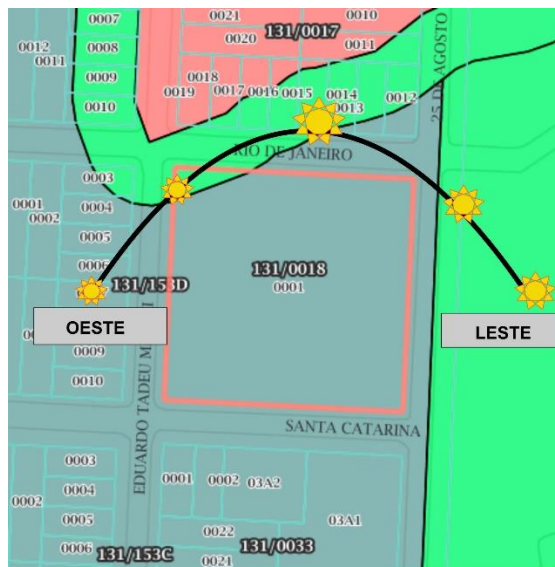
4.3 ÍNDICES URBANÍSTICOS

O terreno escolhido tem localização privilegiada para a realização do projeto arquitetônico, ou seja, no centro da cidade constando de todos os equipamentos públicos comunitários e urbanos, tem testada principal 110 m e testada secundária de 110 m, totalizando uma área de 12.100 m², no bairro Centro.

A taxa de ocupação é de 50% do terreno e a taxa de permeabilidade é de 40%, o recuo frontal é de 3 m, e constando como coeficiente básico de aproveitamento de índice

3 e no máximo 3. A insolação do terreno com sua maior proporção é no sentido Leste-Oeste.

Figura 18: Insolação.



Fonte: Geoportal Cascavel.

A opção pelo terreno foi devido a área ser ideal para o projeto proposto, favorecendo o desenvolvimento e acessibilidade da proposta arquitetônica.

4.4 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Através da fundamentação teórica e das informações das diretrizes projetuais, foi possível dar início a proposta projetual da Cohousing para idosos, uma instituição privada que privilegia pontos de acessibilidade, sensação de bem-estar interno e externo e integração com o seu entorno.

O projeto foi voltado para um local tanto de residência quanto para o lazer dos idosos, ou seja, propiciar uma melhor qualidade de vida, pois o objetivo não é um local de internação, mas sim de moradia que traga prazer de conviver sozinho e aos mesmo tempo com seus vizinhos.

A finalidade do projeto é propor uma edificação térrea permitindo melhor o acesso por essas pessoas. Criar espaços com paisagismo, para trazer tranquilidade e bem-estar ao ambiente.

Serão organizadas em dezesseis residências, e áreas de convívio, para o tipo arquitetônico um design mais europeu, casas que lembrem nossa colonização, que traz uma sensação de aconchego e interação com a natureza.

Os ambientes contarão com acessibilidade aos idosos, rampas se necessário, grandes aberturas, áreas livres, corredores amplos, abertura que permitam desfrutar da visão externa.

Assim sendo, todos os ambientes devem favorecer a qualidade de vida dos moradores, e contribuir em boas sensações para de acordo com que foi projetado.

4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O Programa de necessidades foi desenvolvido pensando em espaços com conforto e funcionalidade para todos os moradores idosos na Cohousing. Sendo assim, o programa de necessidades divide-se em setor lazer, setor serviço, setor administração, setor refeição, setor habitação.

Tabela 01: Programa de necessidades.

Setor Lazer:	Setor Serviço:
-Academia	-Doca
-Biblioteca	-Depósito
-Sala de marcenaria	-Lavanderia
-Sala de música	
-Sala de pintura	
-Sala de jogos	
-Horta	
-Jardim	
-Praça convívio e descanso	
-Salão de festa e reunião	

Setor Administração:	Setor Refeição:
-Portaria	-Cozinha Gourmet
-BWC	

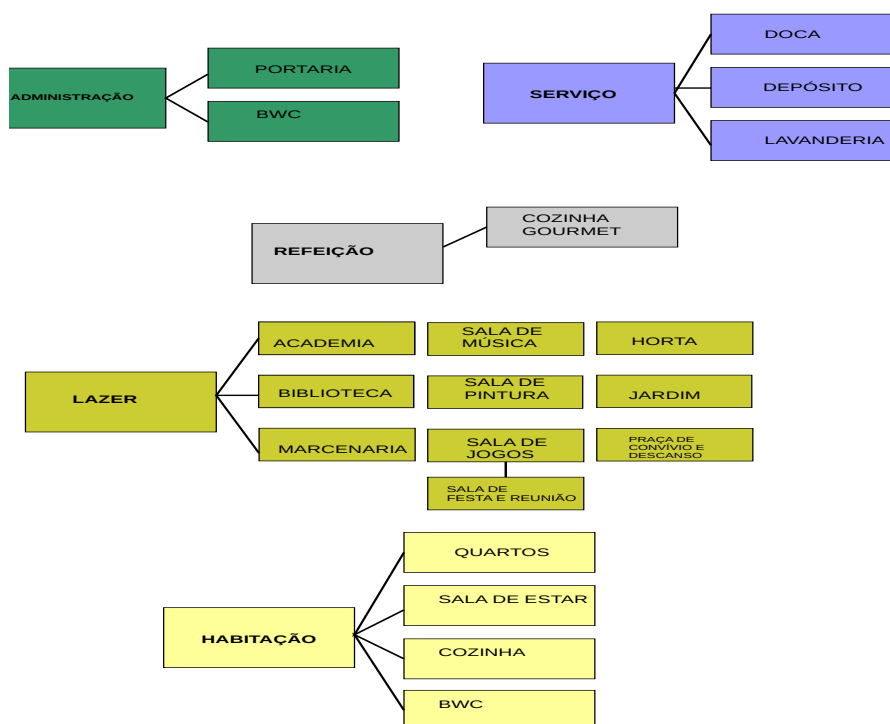
Setor habitação
2 quartos
Sala estar
Cozinha
BWC

Fonte: Elaborada, pela autora, 2018.

4.6 FLUXOGRAMA

Será apresentada neste item a disposição dos fluxos para o arranjo da planta baixa para a Cohousing para idosos.

Figura 19: Fluxograma.

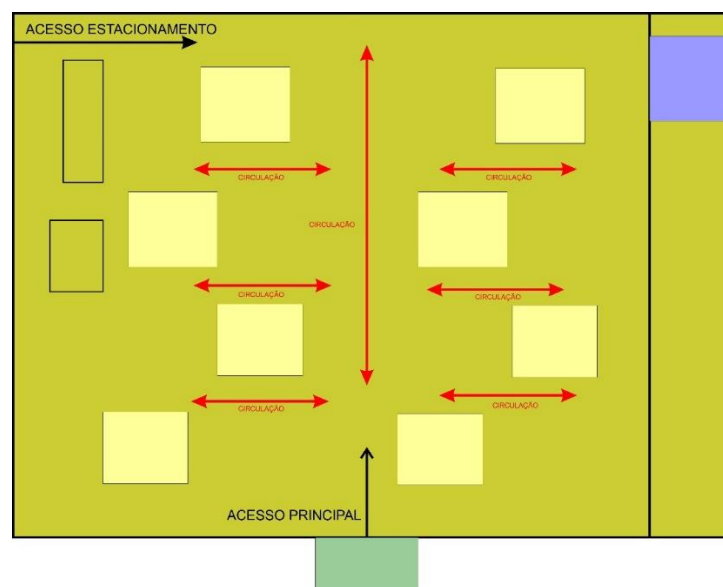


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.7 SETORIZAÇÃO

Cada setor foi designado de maneira a ter fácil acesso pelos moradores. Sendo assim, a seção em ocre ficará o setor de lazer, a de cor verde administração, azul de setor de serviço, a cor cinza setor de refeição, já em bege contempla o setor de habitação.

Figura 20: Setorização.

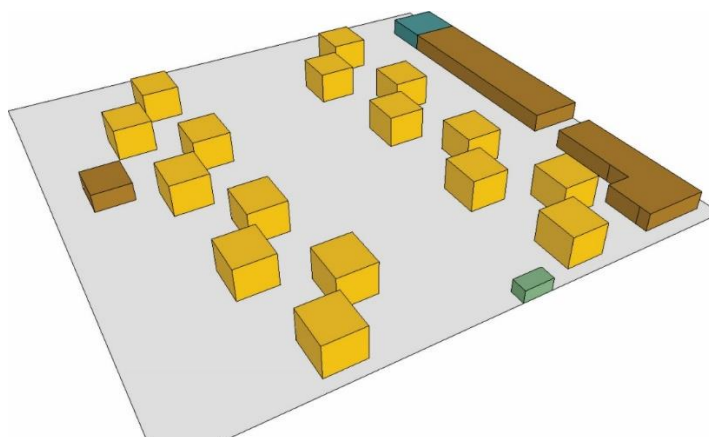


Fonte: Elaborado, pela autora, 2018.

4.8 VOLUMETRIA

A sugestão para a proposta formal definiu-se para a justaposição perpendicular da edificação, que irá comunicar-se com os elementos naturais do seu entorno, ocorrendo uma eloquente proposta plástica, contanto apenas com um pavimento. Intenciona-se fazer o uso da arquitetura voltada para a europeia, lembrando nossas casas coloniais, mas de forma mais atual, sua significância se dará mediante formas regulares, telhado aparente, e o uso de algumas técnicas para deixar o empreendimento mais sustentável.

Figura 21: Volumetria.



Fonte: Elaborado, pela autora, 2018.

4.9 SOLUÇÕES PROJETUAIS ADOTADAS

A base da proposta projetual se dá pelos seguintes itens, que são, conforto, acessibilidade, e atender os ideais da sustentabilidade. Salientando o aproveitamento da iluminação e ventilação natural, beneficiamento da água da chuva, uso de áreas verdes. Com relação a acessibilidade, o projeto irá atender as normas da NBR 9050, observando o uso de barra de apoio, pisos antiderrapantes, corrimãos, áreas de circulação amplas, portas com largura mínima de 80 cm, banheiros adaptados.

4.9.1 Sustentabilidade

Sustentabilidade vem do termo “sustentável”, que significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar ou cuidar. O conceito de sustentabilidade teve início em Estocolmo, na Suécia, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu entre os dias 5 a 16 junho de 1972. Mas foi em 1992, na Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na Eco -92 no Rio de Janeiro, que firmou-se o conceito de desenvolvimento sustentável sendo concebido como desenvolvimento a longo prazo, de forma que não sejam esgotados os recursos naturais utilizados pela população. (ECYCLE, 2018).

A proposta da Cohousing para idosos é atingir o objetivo do ideal sustentável, ou seja, aproveitando água da chuva através de sua captação e iluminação natural.

4.9.2 Iluminação natural

A luz natural é uma fonte luminosa completa, por isso é usada como padrão na comparação com as fontes artificiais. (ROBBINS, 1986). A relevância da luz natural ultrapassa a questão da necessidade de redução do consumo de energia praticada atualmente, está relacionada também ao conforto e ao conceito de qualidade ambiental. (AMORIM, 2002).

4.9.3 Captação de água da chuva

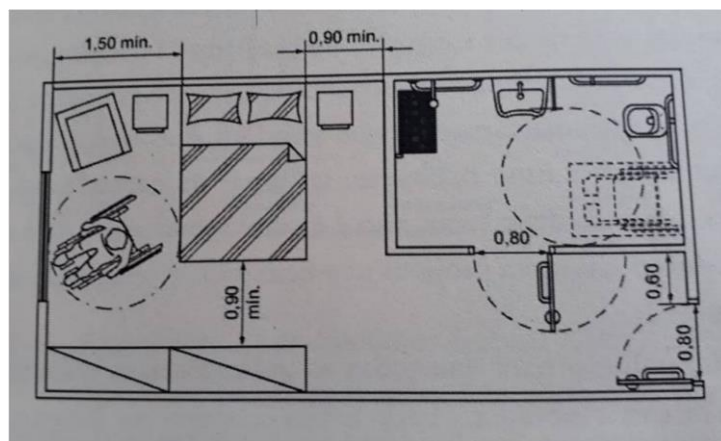
A captação de água de chuva será através de armazenamento de cisterna para uso doméstico. É um sistema de baixo custo e um dos melhores e mais eficazes alternativas para a economia de água, estão disponíveis no mercado vários modelos, podendo ser instaladas em apartamentos, casas e edifícios. É uma prática ecologicamente responsável, pois propicia o aproveitamento de água em vez de utilizar o recurso hídrico potável. (ECYCLE, 2018).

4.9.4 ACESSIBILIDADE – ABNT NBR 9050

A ABNT NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados no projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações para as condições de acessibilidade. (ABNT NBR 9050: 2015).

As pessoas podem apresentar capacidade de reação lenta e visão e audição diferente do usuário médio, e são mais suscetíveis em sentir os efeitos negativos de um ambiente inadequado, pois suas capacidades motoras e sensoriais sofrem redução gradual. Um projeto que atenda de forma satisfatória ao programa de necessidades a demanda por recursos a itens especializados, como barras de apoio, camas articuladas e assentos especiais, pode ser reduzido ou até inexistir. (CAMBIAGHI, 2017).

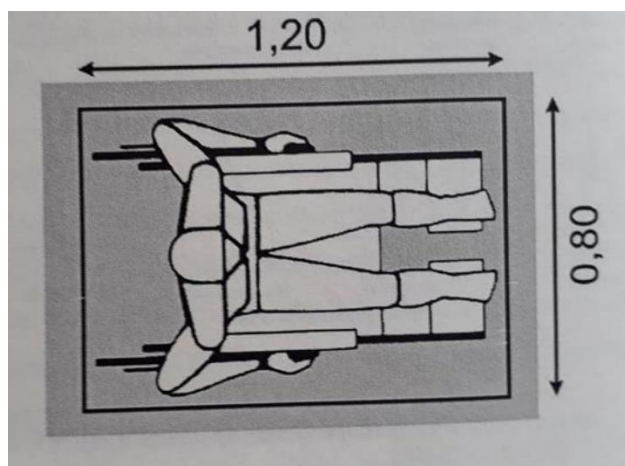
Figura 22: Espaços adequados por projeto.



Fonte: ABNT NBR 9050: 2015.

A orientação para a adequação física tem como suporte o estudo dimensional dos espaços necessários para circulação e manobras de pessoas utilizando as mais diversas variedades de equipamentos: bengalas, muletas, andadores, etc. Aplicando-se, especialmente, as dimensões da cadeira de rodas, chamado “*módulo de referência*”, por ser um equipamento que exige maior espaço para sua locomoção e manobras. (CAMBIAGHI, 2017).

Figura 23: Módulo de referência.



Fonte: Cambiaghi.

Se há espaço, para uma pessoa com cadeira rodas se movimentar, há espaço apropriado para todos, ou seja, portas com 0,80 cm de largura possibilita acessibilidade, porém também propicia conforto a pessoas obesas, para passagem de móveis e outros elementos. (CAMBIAGHI, 2017).

5. SISTEMA CONSTRUTIVOS

Será exposto um breve estudo referente a materiais e sistemas construtivos utilizados para a proposta projetual.

5.1 Alvenaria estrutural

É um sistema construtivo que vai unificar estrutura e vedação da edificação. Podendo ser feita com blocos cerâmicos, de concreto, concreto celular autoclavado ou sílico-calcário. Mas o projeto deve ser bem detalhado e compatibilizado com os projetos adicionais, devendo também, definir todos os vãos, objetivando uma obra mais barata, rápida, limpa e sustentável. (ESCOLA DE ENGENHARIA, 2018).

5.2 Vidro com película

Películas para vidros, melhora o conforto do ambiente, reduzindo o excesso de calor e brilho, ou seja, deixa entrar a luz natural e ao mesmo tempo reduz o calor e os raios UV, ajudando a diminuir os custos com energia, eliminar pontos quentes, sem afetar a vista e a transparência dos vidros. (3M, 2018).

5.3 Piso drenante

O piso drenante possui um percentual de 90% de drenagem, e não é necessário uso de rejunte e argamassa, com baixa condutividade térmica e desobrigando de contra piso. Apresenta alta aderência em rampas e também reaproveitamento em caso de remoção. (AEWEB, s.d.).

5.4 Sistema de reuso de água urbana

Nas residências a proposta é captar a água da chuva nas calhas pra ser aproveitada no vasos sanitários e lavagem da calçadas

Nas outras edificações utilizar do sistema integrado de reciclagem de água urbana, o esgoto doméstico, papel higiênico e águas cinzas são coletadas e enviados ao vermifiltro, que é reator biológico composto de minhocas e micro-organismo, retém o

material sólido, funcionando como filtro, depois vai para a torre verde, que fornece oxigênio sendo pré-tratado antes de chegar ao telhado. O telhado pode ser instalado tanto em laje plana quanto ao nível do solo, as plantas e bactérias alocadas em suas raízes fazem o tratamento secundário. Para reutilizar a água tratada nos vasos sanitários aconselhamos um sistema terciário de filtragem e cloração. (ARCHDAILY, s.d.).

Figura 24: Perspectiva – Sistema integrado de reciclagem de água urbana.



Fonte: Archdaily.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial, e esse aumento é em consequência do prolongamento da vida que se apresenta como um fato inquestionável há mais de uma década, amparada por inúmeros motivos, característicos da atualidade.

É imprescindível identificar que o envelhecimento não é igual para todos, e as discordâncias existentes se referem a elementos como condições de vida, acesso aos bens e serviços, cobertura da rede de proteção e as condições de atendimento social.

A velhice só começou a ganhar espaço nas indagações acadêmicas e nas pautas políticas, nas duas últimas décadas, por muitos anos, os idosos, apesar de existirem em grande número, foram sistematicamente ignorados como motivo de investigação e como assunto a ser contemplado por políticas públicas e sociais consistentes.

A presente pesquisa tem como título Cohousing – Comunidade intencional para a cidade de Cascavel/Pr. Inclui-se na linha de pesquisa “Arquitetura e Urbanismo” do CAUFAG. Desenvolve-se no grupo de pesquisa designado como “Estudos e discussão de arquitetura e urbanismo”. O tema aborda uma proposta projetual de uma Cohousing para atender as necessidades de idosos, contextualizada no perímetro urbano da Cidade de Cascavel - PR. O problema estimulador da pesquisa é formulado pela seguinte pergunta: É concebível que a arquitetura e urbanismo crie um ambiente residencial como a Cohousing que atenda às necessidades dos idosos, tanto físicas quanto social? E partilha da hipótese de que devido ao questionamento proposto, uma Cohousing torna-se possível reconhecer a fase de envelhecimento, e com isso afastar o isolamento, a doença psíquica, e assegurar uma qualidade de vida através da interação social.

Tem-se como objetivo geral, desenvolver uma pesquisa teórica e projetual criando um espaço apropriado de residências que atendam às necessidades de uma comunidade de idosos, onde constam moradias individuais e ao mesmo tempo a socialização com os demais moradores através de alguns ambientes compartilhados.

Os objetivos específicos são:

A) Efetuar pesquisa bibliográfica sobre idosos, leis, cohousing, correlatos; B) Apresentar a exequibilidade de uma Cohousing para idosos; C) Criar ambientes com funcionalidade e acessibilidade; C) Analisar conceito de sustentabilidade para a aplicação no projeto; D) Fazer o estudo do projeto para idosos, conforme estatuto do idoso, política nacional do idoso e lei de acessibilidade.

Diante disto, o projeto foi voltado para um local tanto de residência quanto para o lazer dos idosos, ou seja, propiciar uma melhor qualidade de vida, pois o objetivo não é um local de internação, mas sim de moradia que traga prazer de conviver sozinho e aos mesmo tempo com seus vizinhos.

REFERÊNCIAS

ABNT, **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos 9050:2015.

AEWEB. Piso drenante. Postal da Arquitetura, engenharia e construção. Disponível em: <https://www.aeweb.com.br/prod/e/piso-drenante-atermico_12441_15724>. Acesso em: 14 out. 2018.

ALBUQUERQUE, S. M. R. L. D. **Qualidade de vida ao idoso: a assistência domiciliar faz a diferença?** São Paulo: Casa do Psicólogo, Cedesis, 2003.

ALMEIDA, S. T.; SOLDERA, C. L.C.; CARLI, G.A.; GOMES, I.; RESENDE, T. L. **Análise de fatores extrínsecos que predisõem a quedas em idosos**. Rev. Assoc. Med. Bras. São Paulo, v. 58, n. 4, p. 427-433, Ago/2012.

AMORIM, C.N.D. Iluminação Natural e Eficiência Energética – Parte I: Estratégias de Projeto para uma Arquitetura Sustentável. **Período eletrônico em Arquitetura e Urbanismo Paranoá**, vol. 4, 2002.

ARCHDAILY. **Sistema integrado de reciclagem de água urbana**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/catalog/br/products/5425/sistema-integrado-de-reciclagem-de-agua-urbana-ecotelhad>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRANDÃO, M. A. T.; MERCADANTE, E. F. **Envelhecimento ou longevidade**. São Paulo: Paulus, 2009.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial, Brasília, 3 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 5 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. Brasília, 2010.

BESTETTI, M. L. **Ambiência: O espaço construído como fator de envelhecimento saudável**. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper87.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018

BESTETTI, M. L.; GRAEFF, B. (orgs). **Habitação e Cidade para o envelhecimento digno**. São Paulo: Portal Edições, 2018.

BERQUÓ, E. et al. **Fecundidade em declínio, breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil**. Trabalho apresentado na International Conference da International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), em Tours, França, São Paulo, Revista Novos Estudos, Cebrap, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BEZERRA, J. B. **Cohousing, uma alternativa de habita coletivo. Trabalho de Final de Graduação**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2015. Disponível em: <file:///E:/Documentos%20-%20Admin/Downloads/HabitatColetivo_Bezerra_2015.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BURGOS, M. S.; BIGUELINI, G.; MACHADO D. O. Jogos e lazer enquanto dimensões do estilo de vida: um estudo com crianças e adolescentes do Projeto Cestinha – UNISC. In: BURGOS, M. S.; MAGALHÃES, L. M. S. P. (orgs). **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2002. p. 65-93.

CAMARANO, A. A. et. al. **Idosos brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas**. Brasília: PR; SDH, 2005.

_____. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudo da População**. São Paulo, v.27, n.1, jan./jun. 2010. (ISSN 0101-3098).

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMBIAGHI, S. Habitação e cidade para um envelhecimento digno com foco na acessibilidade. In: BESTETTI, M. L.; GRAEFF, B. (orgs). **Habitação e Cidade para o envelhecimento digno**. São Paulo: Portal Edições, 2017.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YASBEK, C. (orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. Pgs. 161/190. São Paulo: Educ, 1997.

CAVALCANTI, K. B. Lazer, estilo de via e longevidade. **Movimento Revista de Educação Física da UFRGS**. Rio Grande do Sul, v. 3, n. 5. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2231/939>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COHOUSING CONSULTING. **Cohousing development Consulting – Quayside Village**. Disponível em: <<http://www.cohousingconsulting.ca/proj%20Qv.html>>. Acesso em: 04 set. 2018.

COSTA ROSA, A.; COSTA ROSA, T. E. Envelhecimento, tempo e desejo na hipermodernidade. In: TRENCH, B.; COSTA ROSA, T. E. (orgs). **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

DEUS, S. I. A. D. Um modelo de moradia para idosos: o caso da Vila dos Idosos do Pari-São Paulo-SP. In: Revistas eletrônicas da PUC-SP. 2010, São Paulo. Anais...São Paulo,

2010. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6922/5014> >. Acesso em: 04 set.
 2018.

DUMAZEDIER J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/SESC; 1994.

ECLYCLE. **Captação de água da chuva: conheça as vantagens e cuidados necessários para o uso da cisterna**. Disponível em: <
<https://www.ecycle.com.br/3301-captacao-de-agua-da-chuva-aproveitamento-sistema-cisternas-como-captar-armazenar-coletar-para-aproveitar-vantagens-coletor-modelos-cisterna-ecologica-aproveitando-coleta-pluvial-armazenamento-caseiro-residencial-como-onde-encontrar-comprar>>. Acesso em: 13 out. 2018.

ECLYCLE. **O que é sustentabilidade: conceitos, definições e exemplos**. Disponível em: <
<https://www.ecycle.com.br/3093-sustentabilidade-o-que-e-conceito-de>>. Acesso em: 13 out. 2018.

ESCOLA DE ENGENHARIA. **O que é alvenaria?** Disponível em: <
<https://www.escolaengenharia.com.br/alvenaria/>>. Acesso: 14 out. 2018.

FELIX, J. S. **Economia da longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional**. Disponível em: <
http://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/JorgeFelix.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FERNANDES, M. T. D. O.; SOARES, S. M. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção aos idosos no Brasil**. Revista Escola de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

FREITAS, E. C. D.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GEOPORTAL CASCAVEL. **Lote 0001, Quadra 0083**. Disponível em: <
<http://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm?mslinkLote=63492>>. Acesso em: 07 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, L. L.; SIQUEIRA, M. E. C. Heterogeneidade e diversidade nas experiências de velhice. In: LIBERALESKO, A.N.; FREIRE, S. A. (orgs). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papius, 2000.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados; 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cascavel**. Disponível em: <
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística >. Acesso em: 07 out. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de Idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. D. S. **A velhice no estatuto do idoso. Estudos e pesquisas em Psicologia.** V. 10, n. 2. Rio de Janeiro, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 ago. 2018.

KESSLER, M. População idosa do Paraná quase vai dobrar em 15 anos. **O Paraná - O Jornal de Fato.** Disponível em: <<https://www.oparana.com.br/noticia/populacao-idosa-do-parana-quase-vai-dobrar-em-15-anos>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LUBOCHINSKKI, L. A. Co – Lares, Uma Arquitetura para a longevidade. In: BESTETTI, M. L.; GRAEFF, B. (orgs). **Habitação e Cidade para o envelhecimento digno.** São Paulo: Portal Edições, 2017.

LUKIANCHUKI, Marieli Azoia; CARAM, Rosana Maria. **Arquitetura Hospitalar e o Conforto Ambiental: Evolução Histórica e Importância na Atualidade.** Disponível em: <<https://www.usp.br/nutau/CD/160.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

3M. **Soluções para vidros residenciais.** Disponível em: <https://www.3m.com.br/3M/pt_BR/pelicula-vidro-residencial/>. Acesso em: 14 out. 2018.

MAGALHÃES, D. N. **A intervenção social da velhice.** Rio de Janeiro: Papagaio, 1986.

OLIVEIRA, F. **A implementação do estatuto do idoso nas áreas de saúde e educação no Município de Ponta Grossa.** Dissertação de Mestrado, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, C. C. D. **Recanto bem viver moradia Cohousing para idosos.** Dissertação (Mestrado) – Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24102>>. Acesso em: 04 set. 2018.

OLIVEIRA, R. D. C. D. S.; SCORTEGAGNA, P. A. **Idoso: Um novo ator social.** Disponível em: <<http://www.ufrn.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1886/73>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Guia Global da Cidade Amiga do Idoso.** Genebra, 2008. Disponível em;

<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43755/9789899556867_por.pdf;jsessionid=8F46AF3267295AEFC211B05D7E0C1AC3?sequence=3>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PRADO, A. R. D. A.; RODRIGUES, J. M. T.; ALMEIDA, V. L. V. D. Cidade e velhice – desafios e possibilidades. In: PRADO, A. R. D. A.; ORNSTEIN, S.W; LOPES, M. E. (orgs). **Desenho universal Caminhos da acessibilidade no Brasil. Cidade e velhice – Desafios e possibilidades**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. **História**. Disponível em: <<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/2>>. Acesso em: 07 out. 2018

PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. **Indicadores Cascavel Paraná 2014**. Disponível em: < <http://www.cascavel.pr.gov.br/indicadores.php>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PORTO, C. F; REZENDE, E. J. C. **O guia global da cidade amiga do idoso: sustentabilidade e contribuições do design**. Anais Suldesign Científico 2017. Pelotas: UFPEL, v. 4, n. 1, 2017.

QUAYSIDE VILLAGE. **Quayside Village Cohousing**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/quaysidevillage/home>>. Acesso em: 04 set. 2018.

ROBBINS, C. L. **Daylighting: Design and Analysis**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1986.

ROJAS, V. B. F. **Contribuições para o planejamento de ambientes construídos destinados à convivência de idosos**. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10145>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RUPPRECHT, I. **Dementia Village De Hogeweyk in Weesp**. Disponível em: < <https://www.detail-online.com/article/dementia-village-de-hogeweyk-in-weesp-16433/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SANTOS, S. R. et al. Qualidade de vida ao idoso na comunidade: Aplicação da Escala de Flanagan. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.10 n.6, p. 757-764, 2002.

SOUZA, V. M. D.; SILVEIRA, N. D. R. Vivências do envelhecer em comunidade: velhices no espaço de cultura e solidariedade do jardim da conquista. In: FONSECA, S. C. D. (org). **O envelhecimento ativo e seus fundamentos**. 1ª ed. São Paulo: Portal Edições: Envelhecimento, 2016.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR; 2002.

VERAS, R. **A novidade da agenda social contemporânea: a inclusão do cidadão de mais idade**. A Terceira Idade, v. 14, p. 6-29, 2003.

VIGLIECCA & ASSOCIADOS. **Vila dos Idosos**. Disponível em: <
<http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/elderly-housing> >. Acesso em: 04 set.
2018.

VILELA, C. C.; BESTETTI, M. L. T. Moradia assistida na percepção de idosos independentes: construção de cenários hipotéticos. *In*: BESTETTI, M. L.; GRAEFF, B. (orgs). **Habitação e Cidade para o envelhecimento digno**. São Paulo: Portal Edições, 2017.

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZFAU-SUOC 2	97.63	12350.1950	50 (*15)	40 (*10)	
ZFAU-SUOC 1	2.37	299.8050	50	40	
Zona	R. Fron. Mín. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZFAU-SUOC 2	3 (*4) (*13)	0 (*1)	3	3 (*2)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2, R1]
ZFAU-SUOC 1	3 (*4) (*13)	0 (*1)	1	1 (*2)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR2, R1]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZFAU-SUOC 2	- (*3)	h/12 (*5)	-	200 (*7)	
ZFAU-SUOC 1	- (*3)	h/12 (*5)	-	300 (*7)	
Observações					

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*13) - Nos imóveis lindeiros à rodovia, Recuo Frontal Mínimo igual a 5,0 metros, e será medido a partir do limite regulamentar da faixa de domínio. Em todos os casos atender o limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*20) - Além do recuo mínimo exigido em cada zona, a edificação deverá respeitar recuo mínimo de h/6 medido desde o centro da calha da rua, sendo permitido escalonamento dos volumes.

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*15) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 70% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas).

Atenção
Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação do IPC restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente. Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote. Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015. O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento. Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas. As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: 'CALÇADAS DE CASCAVEL'. As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com a Instituto de Planejamento de Cascavel.